

**PORTARIA Nº 57, DE 9 DE ABRIL DE 2018**

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Deliberação ANTT nº 158/2010 e alterações, com a Resolução nº 2.695/2008 e alteração, e no que consta dos autos do Processo nº 50525.000861/2018-84, resolve:

Art. 1º Autorizar as obras do Projeto de Interesse de Terceiro - PIT referente à implantação de 2 (duas) travessias subterrâneas para esgotamento sanitário, pela Prefeitura Municipal de São Gonçalo do Amarante/CE, nos quilômetros 72+700 e 73+200 da Linha Norte Fortaleza, na malha ferroviária concedida à Ferrovia Transnordestina Logística S.A. - FTL, no município de São Gonçalo do Amarante/CE.

Parágrafo único Sobre a Receita Alternativa Líquida será realizado recolhimento em conformidade com o estabelecido na Resolução nº 5746, de 21 de fevereiro de 2018, e com o previsto no Contrato de Concessão.

Art. 2º A Concessionária deverá encaminhar à ANTT, sempre que celebrado, cópia dos Aditivos formalizados com o terceiro interessado em até 10 (dez) dias após a sua assinatura.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

**PORTARIA Nº 58, DE 9 DE ABRIL DE 2018**

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO DE CARGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto na Deliberação ANTT nº 158/2010 e alterações, com a Resolução nº 2.695/2008 e alteração, e no que consta dos autos do Processo nº 50500.053860/2018-11, resolve:

Art. 1º Autorizar as obras do Projeto de Interesse de Terceiro - PIT referente à implantação de travessia aérea de energia, pela empresa Murcia Empreendimentos Imobiliários S.A., no km 203+695 m da malha ferroviária concedida à Rumo Malha Sul S.A. - RMS, no município de Bagé/RS.

Parágrafo único Sobre a Receita Alternativa Líquida será realizado recolhimento em conformidade com o estabelecido na Resolução nº 5746, de 21 de fevereiro de 2018, e com o previsto no Contrato de Concessão.

Art. 2º A Concessionária deverá encaminhar à ANTT, sempre que celebrado, cópia dos Aditivos formalizados com o terceiro interessado em até 10 (dez) dias após a sua assinatura.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE PORTO MENDES DE SOUZA

**Ministério Extraordinário  
da Segurança Pública****DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL****DESPACHO DE 9 DE ABRIL DE 2018**

DAAD/PF nº 6242505 - Referência - Segurança Privada

Assunto: Recurso Administrativo.

Destino: CGCSP/DIREX/PF

Processo: 08211.001366/2018-60

Interessado: AG. CAIXA ECONOMICA FEDERAL

1. Acolho o Parecer nº 5971243 - DELP/CGCSP/DIREX/PF, por seus fundamentos;

2. Considerando o princípio da autotutela, em que cabe à Administração Pública rever seus próprios atos, determino que seja promovida a correção manual do erro material apontado, via sistema GESP, a fim de que seja considerado o valor de 17.501 UFIR, facultando-se à autuada reaver o excedente pago.

3. Restitua-se à CGCSP/DIREX/PF para as providências de estilo, incluindo-se ciência do Recorrente.

ROGÉRIO AUGUSTO VIANA GALLORO

Diretor-Geral

**DIRETORIA EXECUTIVA****PORTARIA Nº 1.289, DE 13 DE MARÇO DE 2018**

O DIRETOR EXECUTIVO DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições, acolhendo os fundamentos do Parecer nº 7961/2018, decide:

Aplicar a pena de MULTA equivalente a 500 (quinhentos) UFIR a AGUIA DO VALE SEGURANÇA PRIVADA LTDA ME, CNPJ nº 10.783.468/0002-34, sediada na Bahia, por praticar a conduta tipificada no artigo 168, inciso II PORT.Nº 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12 e artigo 183, §2º PORT.Nº 3.233/12-DG/DPF DE 10/12/12, conforme consta no Processo nº 2018/8269.

O prazo para apresentação de recurso é de 10 (dez) dias a contar da ciência no processo.

Fica o autuado notificado a realizar o pagamento da multa em até 30 (trinta) dias, sob pena de incidência de multa e juros de mora. A expedição da Guia de Recolhimento da União - GRU deverá ser feita através do sistema GESP.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

**COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE  
DE SERVIÇOS E PRODUTOS****ALVARÁ Nº 1.675, DE 20 DE MARÇO DE 2018**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/18658 - DPF/CGE/PB, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SERRAVILLE RESIDENCIE PRIVÉ, CNPJ nº 16.596.411/0001-21 para atuar na Paraíba.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO

Substituto

**ALVARÁ Nº 1.918, DE 29 DE MARÇO DE 2018**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/21879 - DPF/BRU/SP, resolve: AUTORIZAR a empresa PROSEG SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 03.805.877/0001-48, a promover alteração nos seus atos constitutivos no que se refere à razão social, que passa a ser PRG SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

**ALVARÁ Nº 1.922, DE 29 DE MARÇO DE 2018**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/22697 - DELESP/DREX/SR/DPF/SC, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MARE ALTA LTDA EPP, CNPJ nº 79.295.465/0001-77 para atuar em Santa Catarina.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

**ALVARÁ Nº 2.011, DE 5 DE ABRIL DE 2018**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/19938 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve: CONCEDER autorização à empresa SUHAI - VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 66.654.179/0005-32, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2 (duas) Pistolas calibre .380

42 (quarenta e duas) Munições calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

**ALVARÁ Nº 2.021, DE 5 DE ABRIL DE 2018**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/23555 - DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve: CONCEDER autorização à empresa CONFEDERAL VIGILANCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 31.546.484/0003-64, sediada em Goiás, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1782 (uma mil e setecentas e oitenta e duas) Munições calibre 38

105 (cento e cinco) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

**ALVARÁ Nº 2.052, DE 6 DE ABRIL DE 2018**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/7722 - DELESP/DREX/SR/DPF/AL, resolve: CONCEDER autorização à empresa CENTRAL ACUCAREIRA SANTO ANTONIO S/A, CNPJ nº 12.718.011/0010-81, sediada em Alagoas, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

117 (cento e dezessete) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

**ALVARÁ Nº 2.065, DE 6 DE ABRIL DE 2018**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/22740 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa TEKLA INDUSTRIAL TEXTIL LTDA, CNPJ nº 07.669.515/0001-28 para atuar em São Paulo.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

**ALVARÁ Nº 2.100, DE 10 DE ABRIL DE 2018**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/98433 - DPF/NIG/RJ, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SENOPEL DO BRASIL SEGURANÇA PATRIMONIAL, CNPJ nº 04.896.176/0001-24, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 803/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

**ALVARÁ Nº 2.118, DE 10 DE ABRIL DE 2018**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/16214 - DPF/SJK/SP, resolve: CONCEDER autorização, à empresa MXS VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA - EPP, CNPJ nº 17.030.827/0001-40, para exercer a(s) atividade(s) de Escolta Armada em São Paulo.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

**ALVARÁ Nº 2.122, DE 10 DE ABRIL DE 2018**

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/17587 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ABSOLUTE SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 07.939.669/0001-92, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 610/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

**SECRETARIA NACIONAL  
DE SEGURANÇA PÚBLICA****PORTARIA Nº 45, DE 13 DE ABRIL DE 2018**

Institui o Projeto de Planejamento Estratégico da Secretaria Nacional de Segurança Pública e dá outras providências.

O SECRETÁRIO ADJUNTO DA SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA do MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 15, do Anexo I, do Decreto nº 9.150, de 04 de setembro de 2017, e a Portaria MJ nº 1.185, de 20 de dezembro de 2017,



## Ministério Público da União

### MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO PROCURADORIA-GERAL CONSELHO SUPERIOR

#### RESOLUÇÃO Nº 151, DE 22 DE MARÇO DE 2018

Altera a redação da Resolução nº 133/2016 do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho.

O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, com fundamento no inciso I do artigo 98 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, bem como no art. 69 do Ato Conjunto PGR/CASMPU nº 1/2014, e o que consta do PGEA 002478.2017.00.900/2, resolve:

Art. 1º A Resolução nº 133 do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º As substituições com cumulação de ofícios, no âmbito do Ministério Público do Trabalho (MPT), regem-se pela Lei Complementar nº 75/93, pela Lei nº 13.024, de 26 de agosto de 2014, pelo Ato Conjunto PGR/CASMPU nº 1/2014 e por esta Resolução. "

"Art. 2º .....

I - unidade: a Procuradoria Geral do Trabalho (PGT), as Procuradorias Regionais do Trabalho (PRT) e as Procuradorias do Trabalho em Municípios (PTM);

XI - ofício provido com designação suspensa: ofício distribuído e com membro designado em exercício de outras funções, com prejuízo integral de suas atribuições ordinárias;

XVIII - divisão: conjunto de ofícios reunidos ou não em núcleos;

XIX - núcleo: conjunto de ofícios dentro de uma divisão;

" CAPÍTULO II

DAS SUBSTITUIÇÕES

Seção I

Disposições Comuns

"Art. 3º .....

§3º (Revogado)."

"Art. 5º A designação de membro em substituição que importe acumulação de ofícios não poderá superar o prazo máximo contínuo de 90 dias, salvo se não houver outro membro apto à substituição na mesma unidade.

"Art. 6º A designação de membro em substituição que importe acumulação de ofícios estará condicionada à demonstração da regularidade do serviço, nos termos definidos pela Corregedoria Geral do MPT.

Parágrafo único. Caberá à Corregedoria Geral do MPT manter cadastro atualizado dos membros que estejam em situação de regularidade. "

"Art. 7º .....

Parágrafo único. Em caso de afastamento por motivo de saúde, será acompanhado de atestado médico no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados da data do início do afastamento, ressalvada a impossibilidade de o membro assim proceder. "

"Art. 8º As substituições serão efetuadas preferencialmente dentro da mesma unidade, em qualquer classe ou nível da carreira, sendo permitidas, de modo justificado, entre membros de unidades distintas e entre membros lotados em diferentes unidades da Federação, a partir da formação de listas locais, regionais e nacionais, obedecida a ordem de preferência disposta no artigo 21.

"Art. 9º A designação em substituição poderá ocorrer com ou sem acumulação de ofícios.

"Art. 10. ....

§3º. Ressalvado o disposto no art. 15, durante o período de acumulação não poderão ser autorizados deslocamentos não vinculados aos ofícios acumulados.

§4º. Em hipóteses excepcionais, será autorizado pelo Procurador-Geral do Trabalho o deslocamento ocasional em substituição com cumulação na modalidade remota, desde que para a prática de atos inadiáveis vinculados aos ofícios acumulados.

"Art. 12. A designação em substituição, no caso de convocação de Procurador Regional do Trabalho na forma do art. 110, parágrafo único da Lei Complementar nº 75/1993, não importará acumulação de ofícios. "

"Art. 13. As regras previstas neste capítulo não impedem a substituição recíproca, eventual e episódica, para a prática de atos processuais determinados, audiências e sessões, de membro do MPT em efetivo exercício por outro lotado na mesma unidade, a partir de lista de designação específica a que faz menção o art. 17, VII. "

" Seção II

Das vedações e dos deveres do membro substituído

"Art. 14. O membro designado em substituição responderá integralmente por todos os feitos e procedimentos, judiciais e extrajudiciais, distribuídos e/ou conclusos ao ofício durante o período

de substituição, bem como pelas audiências judiciais e extrajudiciais, ou sessões respectivas.

§1º. Ao membro designado em substituição é vedado restituir os feitos recebidos, durante aquele período, sem manifestação fundamentada, ainda que após o termo final da designação observado o prazo a que se refere o § 4º.

§2º. Cabe ao membro substituído a prática dos atos necessários para a efetiva instrução e impulso dos autos sob sua responsabilidade, sendo vedada a restituição mediante a prática de atos meramente protelatórios.

§3º. Quanto aos feitos recebidos no ofício anteriormente ao período de substituição, o membro designado estará obrigado a adotar as medidas urgentes e efetuar todas as manifestações necessárias para evitar a preclusão de qualquer espécie e o perecimento de direito.

§4º. Após o término do período de substituição, o substituído terá o prazo de 10 (dez) dias para restituir ao titular do ofício todos os autos que lhe estavam conclusos.

§5º. Em caso de coincidência de data e horário de audiências e sessões, a realização de tais atos processuais recairá sobre outros membros, a partir de lista de designação específica a que faz menção o art. 17, VII.

§6º. Nos prazos judiciais, considera-se, para efeito do disposto no caput, o dia do recebimento dos autos físicos na unidade ou, no caso de processo eletrônico, o dia da intimação a que se refere o art. 5º, da Lei 11.419/2006.

§7º .....

§8º. Em se tratando de autos físicos, a regra prevista no § 6º poderá ser adaptada a cada Procuradoria Regional do Trabalho, de acordo com deliberação do colégio local.

§9º. Na ocorrência de afastamento legal não programado, sobrevindo distribuição, o ofício será submetido à imediata substituição.

§ 10. (Revogado).

§ 11. (Revogado). "

"Art. 15. Durante o período de acumulação em substituição somente poderão ser autorizados deslocamentos inferiores a 4 (quatro) dias úteis, sem prejuízo do cumprimento de todas as regras de acumulação de ofícios.

§1º. A participação voluntária em curso, evento, seminário, força-tarefa ou quaisquer outras atividades de membro que estiver acumulando ofícios não o isentará do cumprimento dos respectivos compromissos.

§2º. Em casos excepcionais e atendido o interesse público, o Procurador-Geral do Trabalho poderá autorizar deslocamentos em período superior ao disposto no caput, sem prejuízo da substituição com cumulação de ofícios, mediante fundamentação. "

" Seção III

Da substituição na modalidade remota

"Art. 16. ....

§ 1º. O Procurador-Geral do Trabalho decidirá acerca da substituição na modalidade remota, assim como a unidade que proverá a substituição, de acordo com sua lista, observada a possibilidade de delegação aos Procuradores-Chefes, em caso de substituição remota regional.

§ 2º. Somente será admitida a substituição na modalidade remota nas unidades em que houver condições tecnológicas ou operacionais que possibilitem a substituição sem deslocamento físico ou na hipótese do § 2º, do art. 10 desta Resolução. "

" Seção IV

Das Listas de Substituição

" Art. 17. ....

II - lista voluntária regional: composta pelos membros oficiais de todas as unidades que compõem a respectiva Procuradoria Regional do Trabalho a partir de prévia manifestação de vontade;

§3º. Nas Procuradorias Regionais do Trabalho que se organizem em Coordenadorias de 1º e 2º graus, as listas serão unificadas, sendo que Procuradores do Trabalho poderão atuar em substituição no 1º e 2º graus e Procuradores Regionais apenas poderão substituir em 1º grau, se tiverem autorização do CSMPT, nos termos do art. 98, XI, Lei Complementar 75/93. "

"Art. 20. A designação em substituição dentro de cada lista observará o disposto no §3º, do art. 17, e também:

I - identidade de especialização entre o ofício substituído e o ofício titularizado pelo membro substituído;

II - antiguidade na carreira nas listas voluntárias;

III - ordem inversa de antiguidade na carreira nas listas compulsórias. "

"Art. 24. A designação de membro de PRT diversa dependerá de solicitação da chefia da PRT interessada ao Procurador-Geral do Trabalho, que utilizará, para designação, a lista nacional, cientificando-se o membro substituído antes do período de substituição. "

"Art. 25. A designação em substituição será comunicada ao membro indicado antes da sua formalização em portaria. "

"Art. 26. Os servidores e estagiários alocados nos ofícios substituídos ficarão, durante o período de afastamento, vinculados ao membro designado para atuar em substituição, exceto em caso de convocação feita para a Câmara de Coordenação e Revisão. "

"Art. 28. ....

§1º (Revogado).

§2º (Revogado). "

"Art. 29. ....

Parágrafo único. No decorrer da vigência, a revisão das listas poderá ocorrer nos casos de alteração do quadro real de ofícios das unidades ou quando o interesse público o exigir. "

ALEXANDRE ARAÚJO MOTA